



CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL



humanize

Fundação Tide Setubal



Edital de seleção de projetos 2022/2023

1. Apresentação

O **Cebrap Sustentabilidade** - Núcleo de Estudos e Análises sobre Meio-ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade do Cebrap - doravante denominado neste edital simplesmente como Cebrap Sustentabilidade -, em parceria com a **Aliança Inclusão Produtiva e Geração de Renda via Empreendedorismo**, iniciativa da **Fundação Arymax**, do **Instituto Humanize** e da **Fundação Tide Setubal** - doravante denominada neste edital simplesmente como Aliança -, convida universidades públicas e privadas, instituições e centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, fundações e grupos de pesquisadores a apresentar propostas para o terceiro ano do projeto **Cátedra Itinerante “Inclusão Produtiva Rural”**, nos termos aqui estabelecidos.

2. Contexto da iniciativa

De acordo com a análise da FGV Social, a proporção de pessoas em situação de pobreza no Brasil cresceu de 7,6% em 2020 para 10,8% da população em 2021. São 7,2 milhões de pessoas a mais vivendo na pobreza. Os extratos mais pobres do país já vinham enfrentando uma situação difícil antes da pandemia, no entanto, esse panorama foi agravado. Em novembro de 2019 (antes da pandemia), a renda mensal dos 10% mais pobres no país era de R\$ 114 por pessoa, em março de 2020 passou para apenas R\$ 52. Com as idas e vindas do Auxílio Emergencial, a renda mensal da população oscilou para cima ao longo dos meses que seguiram, mas atingiu níveis baixíssimos novamente em janeiro de 2021 com R\$ 55. Em novembro de 2021, o valor foi de R\$ 96, ainda abaixo dos níveis pré-pandemia (Amorim, 2022). Esse cenário é acompanhado de uma deterioração do mercado de trabalho, com aumento das taxas de desocupação, pessoas desalentadas e informalidade (Vahdat et al., 2022)

Os dados também são alarmantes em termos da insegurança alimentar no país. De acordo com as estimativas da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2020 havia 19 milhões de pessoas no país que não tinham o que comer, 9 milhões a mais do que em 2018. Essa mudança já representava um retrocesso para o cenário que havia no Brasil em 2004. Em 2021, a Rede estimou que a quantidade de pessoas sem ter o

que comer diariamente quase dobrou, chegando a 33,1 milhões de pessoas. Um patamar equivalente ao que havia na década de 1990 (Silveira, 2022).

Neste cenário, a capacidade de resposta do país hoje é menor do que em outras crises. Tanto por parte do setor privado quanto do setor público. O crescimento do PIB na última década foi de apenas 0,26% ao ano, o pior resultado nos últimos 120 anos (IBGE, 2021). As taxas de poupança e de investimentos estão no nível mais baixo em décadas (Alvarenga, 2021). A carga tributária se elevou, mas o déficit público disparou reduzindo a margem fiscal para políticas sociais. Uma retomada do crescimento econômico pode aliviar um pouco esse quadro, mas sua reversão não será rápida nem fácil.

Na escala mundial a pobreza é um fenômeno predominantemente rural: quase dois terços das pessoas vivendo nesta condição habitam zonas rurais (ONU, 2021). No Brasil o percentual é menor, por conta da intensa urbanização pela qual o país passou no último meio século, mas as diferenças relativas em comparação com as áreas urbanas são gritantes: estima-se que 52% da população rural vivia (antes da pandemia) em situação de pobreza multidimensional, contra 12% no Brasil urbano; 15% da população rural vivia na extrema pobreza, medida por critérios multidimensionais, contra 1,7% do Brasil urbano (Ministério da Cidadania, 2019). E este número pode estar subdimensionado. Quando somadas a este contingente aquelas pessoas que vivem nos núcleos urbanos das pequenas cidades interioranas – e que em muitos países seriam classificadas também como rurais – é provável que se chegue ao mesmo percentual observado no plano internacional (Novais, Acca, Favareto, 2019).

É verdade que alguns destes números já foram piores: no início dos anos 1990 mais de 70% da população rural vivia sob severas privações. A extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, naquela década, contribuiu decisivamente para diminuir este percentual. E a expansão das políticas de transferências de renda na década seguinte permitiu que se chegasse aos patamares mais baixos da história no país. Ainda assim, é forçoso reconhecer que nos anos recentes a tendência se inverteu e a pobreza voltou a crescer, como apontado acima. E mesmo reconhecendo o inegável sucesso das políticas sociais que vinham sendo experimentadas antes da crise econômica, os estudos disponíveis apontam que não se pode afirmar que o mesmo grau de êxito ocorreu com as tentativas de promover a inclusão produtiva rural.

Procurando contribuir para a superação deste desafio, o relatório *Inclusão Produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda*, coordenado pela Fundação Arymax e pelo Fundo Pranay e conduzido pelo Instituto Veredas buscou reunir as melhores evidências disponíveis sobre o tema da inclusão produtiva urbana e rural e identificar possíveis estratégias de atuação (Vahdat et al., 2019).

Sobre inclusão produtiva rural, especificamente, o relatório identificou um contexto abrangente e complexo de oportunidades, mas também de bloqueios e desafios para a construção de cadeias de valor socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis no Brasil. Essa reflexão foi aprofundada para o contexto rural por meio do primeiro relatório anual da Cátedra Itinerante publicado no início de 2022 (Favareto et al., 2022)

Uma das principais contribuições desses estudos é a proposição de uma abordagem multidimensional do problema e, por extensão, a necessidade de um tratamento mais integrado e voltado ao entendimento das interdependências entre estas várias dimensões que importam: capacitação e qualificação, assistência técnica, crédito, acesso a mercados, políticas públicas, relações entre Estado, organizações sociais e atores de mercado.

As diferentes combinações entre estas várias dimensões mencionadas dependem, claro, do contexto de cada experiência e das características dos territórios em que estão inseridas. Não se trata de um *checklist* a cumprir. Esta tentativa de olhar para as interdependências e não para os temas isoladamente marca uma diferença significativa em oposição às visões predominantes e marcadas pela unidimensionalidade e consequente fragmentação do olhar. A mensagem principal consiste em evitar tendências, por vezes muito presentes, de se atribuir somente a um ou outro aspecto a expectativa de viabilizar a inclusão das pessoas, famílias ou grupos vulneráveis.

Além disso, a iniciativa da Cátedra assume como premissa que as propostas para a inclusão produtiva devem levar em consideração os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e contribuir para a adaptação e mitigação frente aos efeitos adversos causados pelas mudanças climáticas. Entre os dezessete objetivos definidos pela ONU, são particularmente relevantes para esta iniciativa: o ODS 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; o ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; e o ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Além desses, a iniciativa também contribui para algumas das metas dos Objetivos 4. Educação de qualidade, 10. Redução das desigualdades, 12. Consumo e produção responsáveis e 13. Ação contra a mudança global do clima.

Como em todo processo de transição de paradigmas, para que a mudança de visão implicada nesta iniciativa possa sensibilizar outros atores e transformar-se em linguagem compartilhada, é preciso um esforço significativo de mobilização de evidências, sistematização de lições vindas da prática, formulações teórica e discursiva, fortalecimento de capacidades e disseminação de conhecimentos. É nestes marcos que se insere a iniciativa da Cátedra e este edital.

3. O que é a Cátedra itinerante

Cátedra é uma denominação utilizada predominantemente no ambiente do ensino superior para designar a condição de um professor, de um pesquisador ou de uma instituição, em caráter temporário ou permanente, destinado ao ensino, à pesquisa ou à extensão universitária em torno de um determinado tema ou área do conhecimento.

Nesta iniciativa, colocamos em prática uma Cátedra itinerante; isto é, que será sediada por diferentes organizações, em distintos momentos, com duração determinada.

Ela se sustenta em duas ideias:

a) há vários atores dispersos, com capacidade de incidência limitada, mas que vêm investindo esforços na mesma direção preconizada pela Aliança e que poderiam ter seus resultados amplificados mediante um apoio pontual; e,

b) ao mesmo tempo, é preciso favorecer e criar condições para que sejam produzidos novos conhecimentos, capazes de dialogar com a forma de tratamento da inclusão produtiva rural tal como mencionado no item anterior deste edital, estimulando novos pesquisadores e instituições a se debruçar sobre o tema, formando capacidades, sobretudo em um contexto restritivo como o do Brasil atual, marcado por brutal crise fiscal que atinge o meio educacional e científico.

O intuito, portanto, é mobilizar um apoio dirigido a iniciativas que possam ampliar a capacidade de repercussão de conhecimentos de ponta já produzidos sobre a inclusão produtiva, em

particular sobre a inclusão produtiva rural; viabilizar a produção e a sistematização de novos conhecimentos visando sua veiculação e incidência junto a um público mais amplo; e formar capacidades nas instituições que queiram se dedicar a este tema.

4. Objetivo

O objetivo geral da Cátedra é viabilizar **pesquisas, publicações, eventos, formatação ou execução de currículos, atividades de extensão e ensino** ou uma **combinação destes instrumentos**, cuja sistematização resulte em novos conhecimentos relevantes para potencializar a disseminação e a capacidade de incidência de abordagens inovadoras e abrangentes sobre inclusão produtiva rural. Destacamos a importância do estudo, sistematização e análise de **estratégias inovadoras** em um contexto em que o debate público muitas vezes se resume a recuperar o que foi feito no passado, perdendo de vista os aprendizados, as mudanças sociais e as novas possibilidades existentes.

É importante reforçar que o **objetivo primordial da Cátedra não é financiar projetos de intervenção social**. Há outros fundos que podem oferecer melhores condições para isso. O que se espera é que os projetos apoiados no âmbito da Cátedra ofereçam subsídios valiosos para qualificar intervenções sociais. **A principal contribuição dos projetos deve ser a produção e sistematização de conhecimentos e a formação de capacidades**, de forma que estes conhecimentos e capacidades possam ser utilizados por diversos atores - do setor público, do setor privado ou de organizações da sociedade civil.

5. Elegibilidade

As instituições elegíveis para esse edital são aquelas que se dedicam à produção e à sistematização de conhecimentos sobre inclusão produtiva rural. Por valorizar a diversidade de atores e de formas de produção de conhecimento, além de universidades e outras instituições acadêmicas, a Cátedra convida também a concorrer a este edital outros tipos de organizações como centros e institutos de pesquisa, fundações, organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e afins, desde que em seu escopo de atuação esteja a sistematização de práticas e saberes relevantes para superar a exclusão produtiva nas áreas rurais. Organizações especializadas em assessoria a negócios ou consultoria a projetos, ainda que importantes, não se enquadram no perfil institucional almejado para sediar a Cátedra.

6. Projetos a serem apoiados

6.1 – Duração e valores dos projetos

A chamada expressa neste edital pretende selecionar de três a cinco propostas para sediar a Cátedra itinerante. Este número é apenas uma referência inicial. A quantidade exata de projetos a serem apoiados é uma prerrogativa da coordenação da Cátedra e dependerá da qualidade dos projetos recebidos e dos valores solicitados. Cada um dos projetos poderá receber, para a realização de um plano de trabalho de quinze meses – de setembro de 2022 a novembro de

2023 –, um montante máximo de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais). Organizações que já receberam apoio da Cátedra por projetos de um ano podem concorrer para obter um novo apoio, mas seus projetos serão avaliados segundo os mesmos critérios e procedimentos de todas as outras novas submissões.

6.2 – Itens financiáveis

São financiáveis quaisquer itens, desde que aplicados em conformidade com a legislação brasileira e vinculados à execução de plano de trabalho e à entrega dos produtos indicados na proposta selecionada. As propostas podem envolver uma ou mais atividades destacadas no **item 4** deste edital.

6.3 – Produtos mínimos requeridos

Ao passo que cada proposta definirá as atividades a serem realizadas e seus respectivos produtos, para favorecer a qualidade dos projetos e o alinhamento com os objetivos da Cátedra é requerido que as propostas apresentadas incluam, pelo menos, os seguintes três produtos mínimos, cada um dos quais alinhado com um dos objetivos centrais da iniciativa:

- 1) *Produção de conhecimento*: A proposta deve prever a produção de um *position paper* sobre o tema do projeto, e que deve ser elaborado nos três primeiros meses. Este produto consiste em uma revisão da literatura do tema proposto, apontando os principais consensos, controvérsias e perguntas em aberto e discutindo a articulação desse tema com a inclusão produtiva;
- 2) *Construção de capacidades*: A proposta também deve incluir a realização de eventos, cursos ou outras iniciativas de construção de capacidade que permitam disseminar os resultados do projeto. Os eventos realizados podem ter diferentes formatos e estar direcionados a públicos diferentes. São especialmente interessantes os eventos em que os resultados do projeto possam ser apresentados a outras pessoas que estudam ou trabalham com o tema, possibilitando assim a criação de um espaço de discussão crítica sobre a sua problemática central.
- 3) *Incidência*: Com o intuito de que os resultados do projeto tenham implicações práticas, a proposta deve incluir ações que visem apresentar o conteúdo produzido de forma direcionada a atores-chave que estão envolvidos com a temática e que podem se beneficiar das suas recomendações, sejam atores da sociedade civil ou de órgãos de governo.

6.4 – Cronograma de desembolsos e condicionantes

O período de quinze meses de execução dos projetos será dividido em duas etapas. A primeira etapa terá a duração de três meses (de setembro a novembro de 2022) e terá natureza preparatória. Durante este período haverá um acompanhamento próximo dos projetos selecionados para refinar o plano de trabalho proposto e o seu produto principal será a preparação do *position paper*, conforme indicado no **item 6.3**. A segunda etapa terá a duração

de um ano (de dezembro de 2022 a novembro de 2023). Durante essa etapa o plano de trabalho revisado será implementado.

Os valores serão repassados em até três parcelas no decorrer do período mencionado no **item 6.1**, mediante assinatura de contrato entre Cebrap e as organizações ou pesquisadores selecionados, onde constarão os compromissos de ambas as partes. A liberação das parcelas será condicionada à devida avaliação e aprovação, pelo Cebrap Sustentabilidade, dos produtos previstos para cada etapa.

6.5 – Renovação de apoio

Será possível a concessão de um financiamento adicional, no máximo pelo período de mais quinze meses – de fevereiro/2024 a abril/2025 – para aquelas organizações que estarão recebendo o apoio pela primeira vez. Para isso, as organizações e pesquisadores deverão submeter novo projeto ao edital para tal período, a ser divulgado oportunamente, e a proposta será avaliada juntamente com as demais submetidas naquela ocasião. Nenhuma organização ou pesquisador terá o apoio renovado por mais do que uma vez.

7. Critérios e recomendações para a seleção de propostas

A seleção das propostas será realizada com base em um conjunto de critérios e recomendações. Os **critérios obrigatórios** que devem necessariamente ser observados pelas propostas submetidas, são:

- O critério principal a ser adotado na seleção de projetos será a **qualidade** das propostas apresentadas, avaliada por sua capacidade, consistência e coerência em dialogar substantivamente com os marcos gerais de tratamento do tema, tal como expresso no **Anexo** deste edital.
- Demonstração do **potencial para a produção e sistematização de conhecimentos ou para a instalação de capacidades** na instituição que sediará a Cátedra ou em instituições com quem atuará em parceria. Entre as capacidades que podem ser desenvolvidas pelas instituições estão, por exemplo: capacidades relacionadas à criação de infraestrutura para produção e sistematização de conhecimentos, capacidades técnicas de pessoal (incluindo a preocupação com a promoção da diversidade étnica e de gênero), capacidades para inserção em redes de conhecimento, capacidades em diálogo e incidência com atores relevantes para a inclusão produtiva rural como governos, empresas e organizações da sociedade civil. Na produção e sistematização de conhecimentos, é fundamental que aquilo que venha a ser produzido possa ter utilidade para além de um caso ou experiência isoladamente. Interessa a produção e sistematização de conhecimentos sobre tipos de problemas e não sobre situações específicas. Casos particulares e experiências devem ser usados como exemplos e fontes de evidências, mas os conhecimentos produzidos a partir deles precisam sempre dialogar com as formas de tratamento destes mesmos problemas ou questões em outras realidades similares.
- Demonstração da **viabilidade** de cumprimento dos objetivos e entrega dos produtos propostos dentro dos prazos estabelecidos nos termos deste edital. A viabilidade pode ser

aferida a partir da consistência interna da proposta apresentada e da experiência anterior do proponente.

- Demonstração do **potencial impacto** dos produtos e conhecimentos gerados, com a identificação explícita da aplicabilidade e de estratégias de incidência dos resultados da Cátedra sobre populações em situação de vulnerabilidade (particularmente jovens e mulheres, negros e povos indígenas), sobre organizações que atuam com inclusão produtiva, ou sobre o poder público.

A avaliação dos projetos levará em conta, além da observância dos critérios acima elencados, as informações sobre a localização geográfica dos proponentes: será considerado como critério diferencial o envolvimento destacado de instituições, pesquisadores e grupos de pesquisa de **regiões historicamente marcadas por problemas de inclusão produtiva rural**, como proponente ou parte associada na proposta recebida.

A seleção final poderá considerar também como critério diferencial a complementariedade entre os projetos aprovados.

8. Prazos e procedimentos

8.1 – Envio das propostas

As propostas deverão ser enviadas unicamente para o e-mail: sustentabilidade@cebrap.org.br até o horário limite das **23h59** do dia **14/08/2022**.

8.2 – Formato das propostas

As propostas deverão obrigatoriamente seguir o modelo da ficha disponível no **anexo III** deste edital e não deverão exceder o limite das seis páginas daquele modelo. Propostas apresentadas fora dos padrões indicados no anexo não serão avaliadas.

Em caso de dúvidas o proponente poderá consultar o Cebrap Sustentabilidade pelo e-mail indicado acima no período que antecede a data de envio de propostas.

O Cebrap Sustentabilidade poderá solicitar informações adicionais durante o processo seletivo, nos termos do **item 8.3** a seguir.

As propostas selecionadas serão transformadas em um plano de trabalho, seguindo modelo a ser fornecido, onde estarão explicitados os resultados e produtos a serem entregues pelas organizações que tiverem seus projetos apoiados e que constará como anexo do contrato a ser firmado.

8.3 – Etapas de avaliação das propostas

O processo de seleção se dará em duas etapas. Na primeira etapa, será realizada a avaliação das propostas mediante a elaboração de pareceres preparados por pesquisadores independentes e sem vínculos com os proponentes, a serem designados pelo Cebrap Sustentabilidade. Os critérios utilizados para avaliação são aqueles expressos no **item 7** deste edital.

O resultado da análise será divulgado até o dia 27/08/2022, com uma lista curta contendo as propostas convidadas a participar da segunda etapa de avaliação. Para estas organizações selecionadas na primeira etapa, serão enviadas separadamente sugestões de ajustes e melhorias ou pedidos de esclarecimentos e detalhamento.

Durante a semana seguinte, de 27/08 a 02/09, as organizações deverão reenviar as suas propostas incorporando as sugestões oferecidas ou serão convidadas a reuniões para esclarecimento e detalhamento de aspectos ou componentes da proposta apresentada. O formato destes procedimentos adicionais será comunicado por e-mail endereçado aos selecionados para esta etapa.

Para finalizar o processo de avaliação, caberá ao Comitê de Acompanhamento da Cátedra - formado por representantes do Cebrap, das organizações que compõem a Aliança, e por três membros externos de reconhecida experiência e atuação no tema, sem vínculos com estas organizações - indicar, apoiados na análise dos pareceres elaborados previamente, quais serão as organizações escolhidas para sediar a Cátedra no período de que trata este edital.

Cabe sublinhar que compor a lista curta a ser divulgada ao final da primeira etapa não significa aprovação do projeto, e sim, apenas, a passagem para a segunda etapa da seleção. Serão consideradas aprovadas para receber o apoio e sediar a Cátedra aquelas organizações selecionadas ao final das duas etapas.

As etapas indicadas acima e suas respectivas datas são resumidas na tabela abaixo:

Etapa do processo de avaliação	Datas	Responsável
Envio das propostas	Até 14 de agosto de 2022	Organizações proponentes
Primeira etapa de avaliação e divulgação da lista curta de selecionados para a segunda etapa	De 14 a 26 de agosto de 2022	Cebrap Sustentabilidade
Envio de sugestões de melhoria e eventual convite para segunda etapa	Até 27 de agosto de 2022	Cebrap Sustentabilidade
Período para incorporar sugestões	De 27 a 02 de setembro de 2022	Organizações proponentes
Data limite para envio da versão revisada	02 de setembro de 2022	Organizações proponentes
Segunda etapa de avaliação	De 02 de setembro a 08 de setembro de 2022	Cebrap Sustentabilidade + Comitê de Acompanhamento

8.4 – Divulgação dos resultados

A decisão sobre as propostas selecionadas e seu resultado é irrecorrível. Este será publicado até o dia **9 de setembro de 2021** no site do Cebrap. A depender da quantidade de propostas recebidas, este prazo poderá ser prorrogado e esta informação, bem como a nova data de publicação dos resultados, serão indicados também no site do Cebrap.

8.5 – Esclarecimentos e informações

A Cátedra Itinerante “Inclusão produtiva rural” reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente edital.

Esclarecimentos e informações adicionais podem ser solicitadas no mesmo endereço eletrônico indicado para o envio das propostas.

Este edital entra em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, 12 de julho de 2022.

Anexo I

O que a Cátedra Itinerante considera “Brasil rural” nesta proposta, como a pandemia afeta as possibilidades da inclusão produtiva e quais são alguns dos principais temas para uma abordagem inovadora destes desafios

1. O que se considera rural nesta proposta

A definição de espaços rurais com a qual se trabalha aqui é mais ampla do que aquela expressa nas estatísticas oficiais (nas quais o rural se restringe àquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios) e também no senso comum (que frequentemente associa o rural a um tipo de atividade, a agricultura, ou a uma paisagem marcada pelos campos).

Nesta visão ampliada aqui adotada, trata-se de olhar para territórios, localidades ou microrregiões que englobam também as sedes dos pequenos municípios e vilarejos; trata-se, portanto, de espaços de *características predominantemente rurais*.

Esta visão mais atual é crescentemente utilizada nos estudos e práticas de planejamento. Foi introduzida nos estudos brasileiros na virada para o século XXI e se inspira em grande medida na literatura internacional e nas formas de classificação usadas por agências como a OCDE. Segundo tal concepção, cunhada em função das dinâmicas espaciais contemporâneas, faria mais sentido classificar os diferentes tipos de territórios em: essencialmente urbanos (aqueles marcados por grandes metrópoles), intermediários (com características rurais, mas com a presença de ao menos uma cidade média que polariza seu entorno), e predominantemente rurais (marcados por baixa densidade populacional e presença de pequenos municípios).

As vantagens de operar com essa visão ampliada do rural são as seguintes:

- a) Boa parte da população rural hoje cruza os limites formais com os espaços urbanos diariamente. Isto acontece com filhos de agricultores que estudam nos pequenos núcleos urbanos próximos, com parte dos adultos que tem um emprego também nestas pequenas cidades e assim diversificam as rendas das famílias agrícolas. Ou o inverso: famílias que se mudam para os núcleos urbanos e nas quais parte de seus membros fazem deslocamentos diários para cuidar de lavouras ou da criação de animais nos sítios. Segundo os estudos disponíveis, esta realidade predomina em muitas regiões e tende a crescer com a maior conectividade física (melhoramento de estradas e ramais, uso disseminado de motocicletas) e virtual (ampliação da telefonia celular e internet) entre as zonas rurais e os núcleos urbanos.
- b) Não há vida urbana no Brasil interiorano sem relações de dependência com seu entorno rural, de onde vêm parte dos alimentos, mas, também os serviços ecossistêmicos fundamentais à vida e ao bem-estar das pessoas. E, não há vida rural sem relação com os núcleos urbanos, que abrigam mercados, equipamentos públicos de saúde, segurança, educação, entre outros, que são bens e serviços essenciais para as famílias rurais. Pensar as oportunidades de inclusão produtiva implica, portanto, tomar esta unidade ampliada como foco de intervenções e considerar devidamente as interdependências entre o rural e, sobretudo, as pequenas e médias cidades.
- c) Tudo isso permitirá ampliar o escopo de iniciativas de inclusão produtiva com as quais se pode trabalhar. Elas não envolvem somente a agricultura, mas podem se estender para as

atividades ligadas ao trabalho em serviços para o bem-estar, como: educação, saúde e cuidados, que em geral acontecem nesses núcleos urbanos de pequeno porte, ou mesmo para as atividades não agrícolas, cada vez mais importantes para a renda das populações que vivem nas áreas rurais.

- d) Esta forma de abordagem é também a mais adequada para a adoção de ações em diálogo com a narrativa da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Quando os territórios rurais são considerados para além da perspectiva setorial, abre-se a possibilidade de formulação de novas estratégias e ações com potencial de atuar sobre as interdependências que envolvem as diferentes dimensões da realidade e os vários atores e segmentos sociais mais relevantes nestes espaços.

2. O contexto da Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano nos marcos da pandemia Covid-19

A pandemia da Covid-19 provocou uma mudança significativa de contexto para o tratamento dos temas relacionados à inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano. Isso se concretiza em vários aspectos, apontados, entre outros, pelo Instituto Veredas (2020) e por Favareto (2020).

Há uma **agudização da situação de vulnerabilidade** de muitas famílias rurais. As restrições à circulação de pessoas, bens e serviços motivadas pelas medidas de isolamento e distanciamento social afetaram duplamente muitas destas famílias, sobretudo as mais pobres: feiras e outras formas de comércio local foram interdidas em muitas áreas, impactando diretamente a renda destes agricultores; e nas chamadas famílias pluriativas, aquelas em que há uma participação de formas de trabalho e renda não provenientes da agricultura para parte dos membros do grupo familiar, muitos foram os casos de eliminação de postos de trabalho ou redução de salários. Não por acaso a FAO/ONU estimava, no início da pandemia, em pelo menos 5% o aumento na taxa de pobreza nas áreas rurais dos países da América Latina. Número este que pode ser ainda maior dependendo do futuro dos auxílios emergenciais adotados no período mais duro de restrições.

Há também uma **aceleração de certas tendências** que já estavam em curso, e que irão impactar agora ainda mais, e de forma mais rápida, as condições de inclusão produtiva das famílias rurais. Pode-se mencionar a maior seletividade adotada por empresas, entre os produtores de certas cadeias de produtos agroalimentares, para diminuir riscos de fornecimento, ou a substituição de trabalho humano por trabalho artificial em agroindústrias ou nas etapas de plantio, colheita e beneficiamento. Outra tendência que ganha força é a introdução de novas tecnologias, também orientadas a contornar as restrições impostas pelo contexto da pandemia e que impediram os deslocamentos e contatos entre pessoas e grupos. Inclui-se aí a disseminação do uso de aplicativos e mídias eletrônicas para funções como venda direta do produtor ao consumidor, orientações e assistência aos produtores, entre outros aspectos.

Há, por fim, uma **fragilização da capacidade de resposta** de governos, empresas, e mesmo de organizações da sociedade civil a este novo contexto. O enfrentamento da pandemia provocou uma elevação dos gastos públicos, agravando a crise fiscal que já vinha se formando por conta da continuada crise econômica. As incertezas e os riscos associados à recuperação econômica inibem o investimento privado maciço, fator que poderia gerar um novo ciclo de crescimento

com expansão do emprego. O aprofundamento da crise tem levado as organizações sociais a atuar sobre os temas mais emergenciais, buscando amenizar a crise humanitária instalada.

Todo contexto de crise é feito de muitos desafios, como os mencionados acima, e também de algumas poucas **oportunidades**. Quanto a isso, em três domínios a pandemia abriu ou ampliou possibilidades que podem representar um campo promissor para a inclusão produtiva rural.

O primeiro deles envolve as relações **rural-urbano**. Muitos estudos têm destacado que, diante da possibilidade de que se repitam situações com a da pandemia da Covid-19, pessoas e empresas tendem a deixar os grandes centros, buscando instalar residências e empresas nas cidades médias, ou nas pequenas cidades do entorno destes centros de médio porte ou em pequenos municípios nas cercanias das áreas metropolitanas. A rigor, tal movimento já vinha ocorrendo: nas últimas duas décadas, no Brasil, o crescimento demográfico se concentrou justamente nas cidades médias e nos pequenos municípios localizados até três horas de deslocamento dos grandes centros. Isso cria oportunidades de integração de mercados entre áreas rurais e áreas urbanas próximas – mercado de trabalho, de produtos e de serviços e facilita o acesso de populações rurais a equipamentos e serviços situados nos centros urbanos.

O segundo domínio diz respeito aos **sistemas agroalimentares**. Com a pandemia, houve diversos impactos sobre as questões alimentares. Por uma parte, como mencionado anteriormente, o país vive um retrocesso sem precedentes, com o aumento da fome em todo o país. Por outra parte, houve mudanças nos hábitos alimentares. Muitas famílias voltaram a preparar refeições em casa, sobretudo diante das restrições de acesso aos restaurantes, e outros canais de fornecimento de alimentos. As formas de acesso aos alimentos também foram impactadas: enquanto para alguns há restrições ao acesso provocadas pela queda nos rendimentos familiares, para outra parcela da população as restrições de mobilidade induziram ao comércio direto com produtores rurais por meios de canais digitais e de telefonia, para citar apenas um exemplo. Outro aspecto é a centralidade conferida à qualidade da alimentação, na medida em que estudos recentes evidenciam cada vez mais a obesidade e a má nutrição como fatores de alto riscos para pacientes de Covid-19. As consequências destes aspectos são várias e envolvem, portanto, desde a saúde humana (possibilidade de diminuição no consumo de alimentos ultraprocessados e crescimento da procura por alimentos mais saudáveis), passando por aspectos ambientais (valorização de produtos associados à biodiversidade local ou que evitam grandes deslocamentos no trajeto do produtor ao consumidor), até os temas econômicos (com a ativação do comércio local, aumento das relações no âmbito das pequenas e redes curtas de distribuição, contribuindo para reter parte da renda no próprio território, ao contrário do que acontece nas cadeias longas).

O terceiro domínio, por fim, tem a ver com a maior **sensibilidade para temas ambientais**. Vale lembrar que a própria origem da Covid-19 está associada ao alto e crescente grau de alteração dos ecossistemas naturais, aspecto que expõe cada vez mais os humanos a agentes patogênicos para os quais não há anticorpos desenvolvidos e disseminados. Além disso, muitos segmentos têm visto no debate sobre a retomada econômica, a oportunidade de fazê-la sobre novas bases, isto é, estimulando atividades que auxiliem, a um só tempo, na retomada da produção e dos serviços, que isso seja feito em atividades que contribuam mais para o bem-estar humano, e que permitam ainda a descarbonização da matriz produtiva mundial, diminuindo seus impactos sobre o meio ambiente. Temas como bioeconomia, *green new deal* e outros traduzem este tipo

de anseio. E, as áreas rurais são, por definição, lugar privilegiado para o estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza.

Essas oportunidades reforçam a importância de olhar para as áreas rurais para além de um olhar limitado à produção agrícola. Nesse sentido, é fundamental **associar a inclusão produtiva a outros domínios da vida da sociedade**. A associação com a promoção da *segurança alimentar* é a mais evidente delas, e deve incluir tanto as necessidades de consumo das famílias de agricultores como a sua contribuição para a sociedade em geral como a produção de alimentos saudáveis, a estabilidade da oferta, entre outros aspectos. Para além disso, há mais possibilidades que podem ser exploradas. É estratégico aprofundar a discussão sobre o *uso da biodiversidade para outros fins que não a produção de alimentos*, o que inclui as discussões propostas no âmbito da bioeconomia. Da mesma forma, a inclusão produtiva pode ser associada à *conservação ambiental*, o que pode variar desde a adoção de sistemas produtivos sustentáveis até a experimentação de estratégias de pagamento por serviços ambientais que beneficiem as populações mais vulneráveis. Outro campo promissor é a associação com a *produção de energia*, particularmente no que se refere à produção de energia eólica e solar e o uso das terras de agricultores pobres. Por fim, a inclusão produtiva nas áreas rurais também pode ser associada ao *turismo e amenidades rurais*, especialmente aquelas que consideram as restrições geradas pela pandemia.

Tudo isso, no entanto, ainda não conforma uma nova agenda para a inclusão produtiva rural. São possibilidades emergentes, mas que precisam ganhar corpo, coerência e complementaridade para que as respostas produzidas por governos, empresas e sociedade se deem à altura dos desafios postos pelo novo contexto.

3. Temas prioritários para a Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano em um contexto pós-pandemia

Todos estes temas e ponderações são tratados em estudo recente produzido pelo Instituto Veredas com a coordenação da Fundação Arymax e da B3 Social (Vahdat et al., 2020). Nele, os autores desdobram esta leitura do contexto em três temas prioritários para a inclusão produtiva rural no pós-pandemia, aos quais poderá ser agregado um quarto. As ideias apresentadas no relatório são resumidas na tabela a seguir, que exemplifica as intervenções que podem ser empreendidas em cada caso.

Tabela 1: Caminhos para a inclusão produtiva e tipos de intervenções para promover economias locais resilientes nas áreas rurais.

Caminho para a inclusão produtiva	Tipos de intervenções
<i>1. Aumento da produtividade dos pequenos negócios agrícolas</i>	<ul style="list-style-type: none">- Utilização de técnicas mais amigáveis com o meio ambiente e de altos rendimentos (tais como a criação de pequenos animais e sistemas agroflorestais).- Desenvolvimento de instrumentos de apoio financeiro adequado às necessidades dos produtores.

	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidades de parcerias entre os agricultores que estejam fortemente associadas ao acesso a mercados
<p><i>2. Aperfeiçoamento de estratégias de acesso a mercados</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de cadeias curtas ou canais de venda direta entre produtores e consumidores finais, seja por canais virtuais ou não. - Aprimoramento das políticas de compras públicas para que se tornem indutoras do desenvolvimento dos negócios rurais - Desenvolvimento de instrumentos para comercializar produtos com grandes compradores privados
<p><i>3. Digitalização dos sistemas alimentares</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologias digitais para apoiar da porteira para dentro (por exemplo para facilitar e complementar serviços de assistência técnica e extensão rural). - Tecnologias digitais para apoiar da porteira para fora (por exemplo, estratégias que facilitem a comercialização, a logística e/ou o acesso a serviços financeiros).
<p><i>4. Associar a inclusão produtiva a outros domínios</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de modelos de negócio sustentáveis que combinem a inclusão produtiva a outros domínios, como o uso da biodiversidade. - Desenvolvimento de instrumentos financeiros que viabilizem a diversificação de atividades dos estabelecimentos agrícolas. - Programas de capacitação e de acessos a bens de capital que ampliem as possibilidades de inserção produtiva nas áreas rurais e interioranas para além da atividade agrícola.

Fonte: Elaborado com base em Vahdat et al. (2020).

Anexo II

Perguntas a serem respondidas pelos projetos selecionados no edital do ano III da Cátedra Itinerante, envolvendo conhecimentos e capacidades para melhorar as oportunidades de inclusão produtiva rural

Os produtos a serem elaborados pelos projetos selecionados neste edital para o ano III deverão vir a público no segundo semestre de 2023. Nesse período, já terá transcorrido o primeiro ano dos novos governos eleitos nos âmbitos federal e estadual e ainda devem persistir muitas das dificuldades que foram aprofundadas no período de isolamento da pandemia.

Acreditamos que o principal desafio da Cátedra continua a ser incidir positivamente sobre este contexto, produzindo conhecimentos e propostas para qualificar este debate público e as decisões a serem tomadas por atores públicos e privados. E entre os temas sobre os quais é preciso um salto de qualidade está a renovação da agenda da inclusão produtiva. Nesse sentido, uma questão que tem se tornado cada vez mais relevante é como produzir uma conexão mais substantiva entre as agendas de sustentabilidade e inclusão produtiva.

Junto a diferentes tipos de atores, há desafios e oportunidades a serem exploradas.

No que diz respeito às **políticas públicas** temos uma situação marcada pela desconexão e pelo retrocesso. No campo da inclusão produtiva, o Brasil deu origem a toda uma geração de programas e iniciativas que inspiraram inclusive outros países da região. São exemplos disso o Pronaf, programas como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) a Estratégia de inclusão produtiva do Programa Brasil Sem Miséria, entre outros. No entanto, vários destes programas vinham apresentando limites para chegar à população mais pobre, nos anos mais recentes tem havido desconexões e pouca atenção foi dada à dimensão ambiental. Já no âmbito da sustentabilidade, há iniciativas que buscam aprimorar as tecnologias de produção da agropecuária, no entanto, a atenção ao desafio da inclusão produtiva se mantém em grande medida ausente ou é apresentada apenas no âmbito do discurso, sem implicações concretas. Há, pois, um amplo terreno para inovações a ser explorado sob este tema.

No que diz respeito ao **comportamento empresarial** também há desconexões. É crescente a sensibilidade acerca da necessidade de que sejam desenvolvidas ações que favoreçam a sustentabilidade e diferentes abordagens tem sido propostas. No entanto, muitas vezes essas propostas carecem de fundamentos sólidas e não há uma conexão clara com a agenda de inclusão produtiva. Esse é um desafio relevante, pois a simples retomada do crescimento econômico, mesmo que “verde”, pode não ser o suficiente para ampliar as oportunidades, sobretudo dos mais vulneráveis, devido à intensividade tecnológica e à seletividade do mercado de trabalho no mundo contemporâneo. Os modelos de negócios ainda são pouco orientados a criar espaços que favoreçam a inclusão de trabalhadores e produtores em condição de maior vulnerabilidade.

E, no comportamento das **organizações sociais** a situação se repete. Tanto o tema da sustentabilidade como o da inclusão produtiva têm despertado um interesse crescente das organizações. Mas há espaço para aprofundar a relação entre esses, para que se busque maior

complementaridade entre ações, superando a excessiva especialização temática ou geográfica ou o caráter isolado das experiências bem sucedidas.

De forma coerente com este diagnóstico, a seguir apresentamos três blocos de perguntas a serem respondidas, cada um deles dando especial atenção a um conjunto de atores e experiências. Os projetos que concorrem ao edital da Cátedra poderão se concentrar em um desses blocos ou em mais de um deles, a partir da análise de casos concretos ou de exame de evidências já sistematizadas em outros estudos.

No âmbito da interlocução que queremos estabelecer com o poder público, em diferentes níveis, as perguntas a serem respondidas são:

- Considerando os caminhos para a inclusão produtiva rural e as formas de ação possíveis elencadas na Tabela do anexo I (ou outras que se queira adicionar), que inovações precisariam ser introduzidas em programas e políticas públicas? **[importam propostas concretas, e não listas de objetivos a serem perseguidos. Importam sugestões de como melhorar, e não somente do que é preciso melhorar]**
- Como os governos subnacionais podem produzir ou operar com estas inovações? Ou elas dizem respeito somente ao poder público federal? **[importam propostas concretas, e não listas de objetivos a serem perseguidos. Importam sugestões de como melhorar, e não somente do que é preciso melhorar]**
- Estas inovações já foram testadas em realidades concretas no Brasil ou no exterior? Que lições se pode tirar destas experiências?
- Quais são as evidências que sustentam esta proposição? **[Usar o exame de casos concretos para responder a essas duas últimas perguntas]**

No âmbito da interlocução que queremos estabelecer com o setor privado, em diferentes segmentos, as perguntas a serem respondidas são:

- Considerando os caminhos para a inclusão produtiva rural e as formas de ação possíveis elencadas na Tabela do anexo I (ou outras que se queira adicionar), como elas podem se traduzir em inovações concretas em estratégias de negócios inclusivos e sustentáveis? **[importam propostas concretas, e não listas de objetivos a serem perseguidos. Importam sugestões de como melhorar, e não somente do que é preciso melhorar]**
- Como as políticas públicas podem favorecer que o setor privado empreenda estas estratégias de negócios inclusivos e sustentáveis? **[importam propostas concretas, e não listas de objetivos a serem perseguidos. Importam sugestões de como melhorar, e não somente do que é preciso melhorar]**
- Estas inovações já foram testadas em realidades concretas no Brasil ou no exterior? Que lições se pode tirar destas experiências?

- Quais são as evidências que sustentam esta proposição? **[Usar o exame de casos concretos para responder a essas duas últimas perguntas]**

No âmbito da interlocução que queremos estabelecer com organizações sociais, em diferentes segmentos, as perguntas a serem respondidas são:

- Considerando os caminhos para a inclusão produtiva rural e as formas de ação possíveis elencadas na Tabela do anexo I (ou outras que se queira adicionar), como elas podem se traduzir em inovações concretas junto a experiências existentes ou fomentando novas experiências, mas em uma perspectiva de ampliar, multiplicar e amplificar significativamente o escopo ou o impacto do significativo arquipélago de experiências que viabilizam inclusão produtiva? **[importam propostas concretas, e não listas de objetivos a serem perseguidos. Importam sugestões de como melhorar, e não somente do que é preciso melhorar]**
- Como as políticas públicas ou o setor privado podem favorecer este fortalecimento e amplificação de efeitos de experiências existentes ou a serem induzidas? **[importam propostas concretas, e não listas de objetivos a serem perseguidos. Importam sugestões de como melhorar, e não somente do que é preciso melhorar]**
- Estas inovações nas formas de melhorar, multiplicar e amplificar efeitos de experiências já foram testadas em realidades concretas no Brasil ou no exterior? Que lições se pode tirar destas experiências?
- Quais são as evidências que sustentam esta proposição? **[Usar o exame de casos concretos para responder a essas duas últimas perguntas]**

Anexo III

Ficha proposta para o Edital do ano III (2022/2023) da Cátedra Inclusão Produtiva Rural

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES:

- Enviar a Ficha em formato word e pdf.
- Observar estritamente os campos determinados e o limite de páginas e caracteres.
- Propostas enviadas fora do formato não serão avaliadas.
- Acesse link abaixo para fazer o download da Ficha em formato word:

https://docs.google.com/document/d/13S6FWwcPaNjvsdtp_AL3PrtK7eUiSEI_/edit?usp=sharing&oid=113114685705268029397&rtpof=true&sd=true

FOLHA DE ROSTO – INFORMAÇÕES GERAIS DO PROJETO
(não exceder uma página)

Instituição proponente	Nome da instituição Endereço
Título da proposta	Indicar título que traduza o objeto da proposta
Responsável(is) pela proposta	Indicar nome, email e telefone/whatsapp de contato
Ênfase das ações previstas	Assinale abaixo (se for o caso, assinale mais de uma opção): (.) Produção e sistematização de conhecimentos (.) Formatação de currículos ou propostas de cursos (.) Atividades de extensão/apoio junto a grupos (.) Formação de capacidades (.) Outras. Quais? _____
Valor solicitado	Indicar o valor total solicitado para apoio a esta proposta Se houver apoio adicional/complementar já viabilizado ou sendo solicitado, indicar a fonte e o valor

ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA NOS TERMOS DO EDITAL E ANEXOS
(não exceder uma página)

Qual é o tema e as perguntas que serão abordadas e como isso foi afetado pelo contexto da pandemia?

O que já se sabe sobre o(s) tema(s) e problema elencados, quais as principais lacunas em termos de conhecimentos que precisam ser preenchidas?

O que será acrescentado ao que já se sabe sobre o(s) tema(s) ou problema(s)?

Indicar aqui, dentre os temas expressos no **Anexo I** deste edital (ver tabela), com qual deles, ou com qual combinação deles, a proposta dialoga. Indique de que maneira a pandemia afetou este tema ou problema. Indique especificamente quais perguntas se pretende responder ao final da execução da proposta, nos termos do **Anexo II**.

Indicar aqui em que consiste o conhecimento já acumulado sobre o(s) tema(s) e sobre o problema tendo por base, necessariamente, referências atualizadas. Podem ser utilizadas fontes da literatura científica, evidências e resultados de pesquisas não publicadas ou publicadas de forma não comercial, denominadas como *grey literature*.

Indicar aqui, claramente, qual é a contribuição que os resultados previstos trarão para introduzir inovações na produção de informações, reflexões e análises que façam avançar a fronteira do conhecimento já existente sobre o(s) tema(s) e o problema de que trata a proposta.

[Limite para esta célula da ficha – XXX caracteres, sem exceder 1 página]

ESTRATÉGIAS/AÇÕES E PRODUTOS A SEREM REALIZADOS
(não exceder uma página)

Por meio de quais estratégias e ações a proposta chegará às inovações apresentadas?

Indicar quais são as estratégias e ações que permitirão levar às inovações descritas no tópico anterior. Conforme mencionado anteriormente, é sugerido que sejam utilizados métodos sólidos de tratamento analítico e uso de evidências, ao invés de abordagens puramente normativas

Se as ações envolvem atividades presenciais (seminários, reuniões e afins) ou deslocamentos (pesquisa de campo, participação em eventos), é necessário indicar expressamente qual é o plano de contingência a ser adotado, caso elas não possam ser realizadas devido a restrições causadas pela pandemia Covid-19.

Quais produtos serão gerados?

Indicar quais produtos (livros, artigos, cursos, aplicativos, etc) irão concretizar os resultados esperados com a proposta.

Especificar quais os usos esperados para cada tipo de produto elencado.

[Limite para esta célula da ficha – XXX caracteres, sem exceder 1 página

SOBRE A INCIDÊNCIA E A COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS
(não exceder uma página)

Quais são as estratégias de incidência dos resultados da Cátedra sobre populações em situação de vulnerabilidade, sobre organizações que atuam com inclusão produtiva, ou sobre o poder público?

Indicar como se pretende comunicar e divulgar os resultados gerados e os produtos viabilizados durante o período de exercício da Cátedra

Indicar se a proposta prevê (em caso positivo, quais são) formas de disseminação do conhecimento gerado e de incidir sobre o comportamento de agentes públicos e/ou privados, utilizando os conhecimentos produzidos para aperfeiçoar seus processos de tomada de decisão sobre ações envolvendo inclusão produtiva em áreas rurais e interioranas.

Incluir também de que forma a proposta irá incidir ou como poderá beneficiar grupos especialmente vulneráveis, particularmente jovens e mulheres, povos indígenas e negros, e de que forma a proposta pode contribuir para o enfrentamento dos desafios e resolução de problemas relacionados às mudanças climáticas.

[Limite para esta célula da ficha – XXX caracteres, sem exceder 1 página

FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES
(não exceder uma página)

Como a iniciativa contribuirá para fortalecimento de capacidades na instituição que sediará a Cátedra ou em outras organizações?

Indicar claramente como a iniciativa proposta pretende fortalecer capacidades institucionais do proponente, ou dos atores e organizações das regiões marcadas por problemas de inclusão produtiva rural – indicar quem, quais capacidades e de que forma.

[Limite para esta célula da ficha – XXX caracteres, sem exceder 1 página

SOBRE O PROPONENTE E A EQUIPE
(não exceder uma página)

Qual é a experiência anterior do proponente no(s) tema(s) abordado(s)?

Indicar qual é a experiência anterior do proponente e da equipe a ser envolvida na iniciativa com temas associados à inclusão produtiva rural. Incluir referências de dois dos principais trabalhos publicados sobre o tema. Incluir link do CV/Lattes (ou equivalente, para o caso de proponentes não acadêmicos) do principal responsável pela proposta.

[Limite para esta célula da ficha – XXX caracteres, sem exceder 1 página

Quais as características dos participantes a serem envolvidos na implementação da Cátedra?

Indicar sumariamente informações de perfil da equipe proponente.

Indicar se há participação de outras organizações/parceiros para além do proponente

Assinalar se há critérios de composição da equipe envolvendo experiência, equilíbrio de gênero ou outros critérios. Importa saber também se há pessoas de perfil não acadêmico envolvidas e como se dará tal envolvimento.

**SOBRE OS RECURSOS SOLICITADOS E SEUS USOS E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
(não exceder uma página)**

Como será usado o apoio financeiro a ser disponibilizado?

Indicar quais são os principais itens nos quais serão aplicados os recursos da Cátedra e a distribuição dos recursos em cada um deles (em grandes rubricas, não é necessário detalhamento nesta etapa)

Elencar se há complementaridade com recursos de outras fontes e, em caso positivo, apontar sua origem e montante.

É sugerido que a taxa de administração (custos de *overhead*) seja reduzida de forma a privilegiar os gastos com o processo de pesquisa.

[Limite para esta célula da ficha – XXX caracteres, sem exceder 1/2 página]

Informações adicionais

Indicar aqui quaisquer informações ou comentários adicionais que possam auxiliar os avaliadores a compreenderem detalhes relativos à proposta.

Indicar qual é a, na sua opinião, o principal diferencial que esta sua proposta apresenta perante outras formas correntes de abordar o tema da Inclusão produtiva rural

Indicar também se há algum potencial conflito de interesse ou fator de risco implicado na apresentação ou implementação da proposta, caso aprovada.

[Limite para esta célula da ficha – XXX caracteres, sem exceder 1/2 página]

Referências bibliográficas

ALVARENGA, D. Investimento no Brasil tem pior década em 50 anos; taxa do país deve ser uma das menores do mundo em 2021. **G1**, 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/20/investimento-no-brasil-tem-pior-decada-em-50-anos-taxa-do-pais-deve-ser-uma-das-menores-do-mundo-em-2021.ghtml> 2021. Acesso em: 10 set. 2021.

AMORIM, D. Brasil registrou recorde de 23 milhões vivendo na pobreza em 2021, aponta FGV. **CNN Brasil**, 15 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/brasil-registrou-recorde-de-23-milhoes-vivendo-na-pobreza-em-2021-aponta-fgv/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FAVARETO et al. **Relatório Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano 2022**. São Paulo: Cebrap, Fundação Arymax, Fundação Tide Setubal, Instituto humanize. 2022. Disponível em: <https://arymax.org.br/novosite/wp-content/uploads/2022/02/relatorio-inc-produtiva-af-05.pdf>.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD Contínua**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas> . Consultado em Setembro/2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Caderno de Estudos n. 34**. Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/caderno-de-estudos-34-a-pobreza-multidimensional-no-brasil-sob-a-otica-da-pnad-continua-2017-1.pdf> . Consultado em Novembro/2021.

NOVAIS, L. F.; ACCA, R.; FAVARETO, A. **Não deixar ninguém para trás – as metas dos ODS no Brasil rural e nos biomas brasileiros**. Texto produzido para o Projeto Transformações recentes no Brasil rural e os caminhos para uma nova geração de políticas públicas – BID/Cebrap. São Paulo. 2019.

ONU. **World social report 2021 – reconsidering rural development**. 2021. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/world-social-report/2021-2.html>. Acesso em Setembro/2020.

SILVEIRA, D. Fome no Brasil: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia. **G1**, Rio de Janeiro, 08 de junho de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2022.

VAHDAT et al. **Inclusão Produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda**. Brasília: Fundação Arymax, Fundo Pranay, Instituto Veredas, 2019. Disponível em: <http://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/>

VAHDAT et al. **O Futuro da Inclusão Produtiva: da emergência social aos caminhos pós-pandemia**. Brasília: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas, 2020. Disponível em: <http://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/>

VAHDAT et al. **Retrato do trabalho informal no Brasil: desafios e caminhos de solução**. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas, 2022. Disponível em: <https://retratodotrabalhoinformal.com.br/>

Outras referências

BANCO MUNDIAL. **Effects of the Business Cycle on Social Indicators in Latin America and the Caribbean: When Dreams Meet Reality**. Washington D.C. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31483>. 2019.

FAVARETO, A. **A Estratégia de Inclusão Produtiva Rural do Programa Brasil Sem Miséria: arranjo institucional, implementação e aprendizados**. Relatório. Banco Mundial. 2020.

FAVARETO, A.; CAVALCANTE FILHO. **Sete efeitos da pandemia sobre a agricultura e o Brasil rural e interiorano. Novos Estudos – Cebrap**. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/sete-efeitos-da-pandemia-sobre-a-agricultura-e-o-brasil-rural-e-interiorano/>

MALDONADO, J. et al. **Protección, producción, promoción: explorando sinergias entre protección social y fomento productivo rural em América Latina**. Bogotá: Uniandes, 2016.

MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Brasília: IPEA. 2018.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN, 2022.